ANTI CAPITALISTA

N.º 12 (SÉRIE II) – DEZEMBRO 2018

BRASIL DEPOIS DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO, PP.06-07

CUIDADORES INFORMAIS, UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL, PP.04-05

COM OS ESTIVADORES, CONTRA A PRECARIEDADE

EDITORIAL

CRISE EUROPEIA E GREVE DOS ESTIVADORES

Enquanto o país regista a mais recente tragédia, uma estrada engolida pelo avanço das pedreiras, e se discute o orçamento do Estado e as mil propostas de alteração, como se não fosse natural que os partidos de esquerda apresentassem as medidas que são necessárias, enquanto o tempo vai passando, a crise social ganha novas proporções. E nota-se menos do que o dia a dia das tragédias, das dificuldades e dos boatos.

De facto, estamos a viver uma aceleração do tempo. Na Europa, essa tensão é registada com a dificuldade de conclusão do acordo para o Brexit e com a aproximação das eleições europeias. O Brexit tornou-se um símbolo da agressividade das autoridades europeias, que primeiro facilitaram o golpe de Cameron para absorver as críticas internas no Partido Conservador, depois entraram em pânico porque o referendo determinou a saída da segunda maior economia (e maior potência militar) e agora pretendem marcar a punição do Reino Unido como exemplo para qualquer Estado que se decida pela saída. O efeito desse conflito é a divisão da direita britânica e a possibilidade de novas eleições, que podem ser vencidas por Corbyn e pelos trabalhistas. Ora, mesmo que essa viragem seja possível, o Conselho Europeu não renegociará as condições do acordo, a não ser que haja um referendo para reverter a decisão anterior, mantendo, portanto, grande pressão sobre o Reino Unido. Ou seja, nos próximos meses, a incerteza é grande. A incerteza aumenta ainda mais considerando as eleições europeias em maio. O congresso do PPE (Partido Popular Europeu) constituiu uma tentativa de impedir a saída de Orbán e dos partidos que o apoiam para formar uma nova aliança com Salvini e Le Pen. Mas, dentro do partido da direita clássica ou apresentando a sua própria corrente internacional nas eleições, a extrema-direita está já a mudar o mapa dos governos europeus. As alternativas agravam estas dificuldades: Macron foi ungido como o novo líder europeu, mas a queda da sua popularidade em França, agravada pela contestação de mobilizações populares, e a possibilidade de ser vencido pela Frente Nacional nestas eleições europeias desvaloriza e enfraquece a sua liderança. Ao procurar aliar-se a Renzi, em Itália, e a Rivera, em Espanha, depois de já ter conseguido cooptar os liberais europeus, Macron candidata uma renovada direita neoliberal europeia, mas assim enfraquece os social-democratas, os seus aliados originais. Deste modo, contribui para a ingovernabilidade da próxima Comissão Europeia.

Tudo boas razões para que o Bloco de Esquerda procure alianças amplas que se demarquem das políticas de austeridade e que deem corpo às alternativas populares, para que prepare uma campanha forte que seja o primeiro passo para as legislativas do outono.

Uma atitude ofensiva é ainda mais necessária dado que o PS se recusa a alterar as leis laborais e favorece, portanto, a estratégia de empresas como a do Porto de Setúbal, que querem transformar os trabalhadores em funcionários à jorna e peças precárias e submissas de uma produção intensa. A greve dos estivadores constitui por isso um sinal sobre o caráter decisivo das normas de trabalho e das leis da precariedade.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Crise europeia e greve dos estivadores

3 **Militância**
A Convenção do Bloco vista por jovens

4-5 **Movimento Social**
Cuidadores informais: não desistir de quem cuida

6-7 **Internacional**
Brasil: o governo Bolsonaro mostra a sua cara

8 **Acontece**
Encontros Prováveis
Homenagem a José Cardoso Pires
Escola de formação do SOS Racismo

8 **Leituras**
Pátria, Fernando Aramburu
Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire

8 **Cinema**
Raiva, Sérgio Tréfaut

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Diogo Alexandre
Joana Neto
Leonor Rosas
Luís Leiria
Mafalda Escada
Mariana Olho Azul
Rita Gorgulho

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

A CONVENÇÃO DO BLOCO VISTA POR JOVENS

A Convenção do Bloco de Esquerda não é só o órgão soberano do partido. Acima de tudo, constitui um longo processo de debate, de organização e de militância. Trata-se do momento de discussão mais plural e alargado, tanto nos dois dias da Convenção, como em todo o seu processo. Mas o potencial democrático da Convenção não advém apenas dos mais variados debates. Ele advém também da oportunidade de integração de quem chegou ao Bloco há pouco tempo, proporcionando um espaço de participação e construção do partido a nível nacional, cruzando experiências e possibilitando a criação de laços entre camaradas de vários lugares, contrariando o isolamento e acantonamento de quem até aí não tinha tido oportunidade de ver e estar no Bloco no seu todo. A Convenção espelha muito do que é o Bloco e a participação dos e das camaradas mais jovens, nos mesmos termos de qualquer aderente, representa, por sua vez, outro fator democrático: não atribuímos direitos políticos consoante a idade. Todos e todas estamos em pleno exercício dos nossos direitos e a participação de jovens é crucial para a democratização do debate. É disso que nos falam estes três depoimentos de jovens participantes na Convenção.

LEONOR ROSAS, LISBOA

A XI Convenção do Bloco foi a minha primeira Convenção. Representou uma experiência de democracia interna e de debate de diferentes pontos de vista que foi extremamente enriquecedora para mim, tanto como militante, como cidadã. Os dois dias foram vivos em partilha de experiências de luta e permitiram uma aprendizagem através das vivências de outros camaradas. A Convenção foi também um momento de aprendizagem acerca do funcionamento interno do Bloco e de participação democrática nas suas estruturas. Foi fundamental para mim, como militante, ver o meu partido como um espaço aberto a diferentes opiniões e pontos de vista e que aceita um constante debate como algo construtivo. A Convenção foi um espaço que se revelou como espaço de aceitação e partilha, assim como de desenvolvimento e construção de uma verdadeira alternativa de esquerda. De um ponto de vista mais pessoal, esta ocasião revelou-se frutífera para estabelecer relações de camaradagem e para aprender com as experiências de luta dos outros, simultaneamente, partilhando experiências e preocupações pessoais. Para concluir, faz sentido sublinhar que a Convenção foi um momento crucial e ampliou a minha vontade de participação e de envolvimento nas lutas futuras que o Bloco travará.

DIOGO ALEXANDRE, SETÚBAL

A minha experiência enquanto delegado eleito pela primeira vez à Convenção foi, no geral, muito boa. Para mim, a Convenção foi um espaço de intervenção democrática, onde, independentemente da idade, discuti e tive a oportunidade de votar e ter voz no futuro do partido, bem como no rumo que devemos tomar. O combate ao fascismo, ao neoliberalismo e a recusa de uma submissão ao liberalismo social foram os temas cuja abordagem e discussão achei mais importantes. A Convenção demonstrou que o Bloco de Esquerda é um partido pronto para crescer e ganhar mais espaço político, longe do centrismo apático, e uma força de combate ao conservadorismo e extrema-direita.

MARIANA OLHO AZUL, AMADORA

Tal como muitxs outrxs jovens, esta foi a primeira Convenção em que participei. Foi também onde se elegeram oito jovens para a Mesa Nacional. Para o Bloco, enquanto partido que rejeita uma juventude partidária, a participação de jovens ativistas na sua estrutura interna é fundamental.

Apesar da ainda bastante atual visão paternalista sobre xs jovens na política, esta Convenção serviu para confirmar que, para além de política educativa, debatemos também temas como a precariedade laboral, a habitação, a causa ambiental, e tantas outras que nos inquietam. Esta Convenção, para além de mostrar que, no Bloco, xs jovens também contam quando se trata de decidir sobre o futuro do partido, serviu também para enriquecer o debate em temáticas LGBTQ+, feministas, ou as que mencionei acima, tal como para conhecer o funcionamento interno do partido, as suas estruturas e fortalecer relações de camaradagem. Foram dois dias bastante intensos, com debates mais acesos, mas que serviram principalmente para mostrar que no Bloco ninguém fica para trás. Fazer as lutas todas. Com toda a gente.

Paulete Matos

MOVIMENTO SOCIAL

CUIDADORES INFORMAIS O QUE FALTA? NÃO DESISTIR DE QUEM CUIDA

Joana Neto

Em 2016, mais de 10 000 pessoas assinaram uma petição pública para a criação do Estatuto do Cuidador Informal da pessoa com doença de Alzheimer e outras demências ou patologias neurodegenerativas associadas ao envelhecimento. A petição surgiu na sequência do I Encontro Nacional de Cuidadores de Doentes de Alzheimer e outras Demências Similares, realizado, em Lisboa, a 18 de junho de 2016.

O objetivo subjacente à petição foi o de garantir o reconhecimento social e jurídico da condição de cuidador como meio preferencial para conferir e assegurar os direitos e necessidades específicas do cuidador.

Em causa estava a consagração de medidas fundamentais para garantir ao cuidador e à pessoa cuidada o acompanhamento e proteção laboral adequada a vários níveis (laboral, social/capacitação e fiscal), designadamente através da:

1. Redução do horário de trabalho;

2. Apoio de terceira pessoa ao cuidador;

3. Reforço do apoio institucional, dos serviços de saúde e das instituições comunitárias ao cuidador: capacitação, apoio, informação, formação e aconselhamento;

4. Diversificação e reforço do apoio às estruturas formais de acompanhamento ao doente e estruturas de descanso do cuidador, nomeadamente através do reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);

5. Atribuição de pensão de sobrevivência mensal e de subsídio por morte após o falecimento do doente;

6. Contabilização do tempo de prestação de cuidados na carreira contributiva;

7. Consideração do doente com Alzheimer como atendimento prioritário;

8. Fixação do dia 18 de junho como o Dia do Cuidador.

Desde 2010 que foram sendo discutidas, na Assembleia da República, várias iniciativas sobre esta matéria provenientes de vários grupos parlamentares e em 2016 foram aprovadas resoluções da Assembleia da República que recomendavam a criação do Estatuto do Cuidador Informal.

A aprovação destas resoluções deu origem à criação, pelo Governo, de um Grupo de Trabalho coordenado pelo Instituto de Segurança Social, Direção Geral da Segurança Social, Instituto Nacional para a Reabilitação, Coordenação Nacional para a Reforma dos Cuidados Continuados Integrados e dois especialistas de reconhecido mérito, que pertencem à Associação Cuidadores Portugal, que tinha como propósito elaborar um diagnóstico sobre as medidas desenvolvidas, na Europa e em Portugal, de apoio aos cuidadores informais

O resultado desse Grupo de Trabalho foi o estudo Medidas de Intervenção junto dos Cuidadores Informais. Documento enquadrador, perspetiva nacional e internacional, entregue ao Governo em setembro de 2017.

Nesse estudo, coordenado por Manuel Lopes, concluiu-se que, na realidade, os cuidadores são maioritariamente cuidadoras, entre os 45 e os 75 anos, e que «o valor económico do seu trabalho é considerável e afirmam-se como a coluna vertebral dos cuidados continuados», assim como que «os cuidadores informais são um dos fatores de sustentabilidade dos sistemas sociais e de saúde».

O COMEÇO DE UM DEBATE

A petição, as resoluções aprovadas e as conclusões extraídas deste estudo foram o ponto de partida para dois resultados fundamentais:

a) O nascimento, em junho de 2018, da Associação dos Cuidadores Informais, com associados em todo o país e destinada a apoiar, informar e formar os cuidadores informais;

b) A apresentação de projetos de resolução no Parlamento por parte de vários partidos com vista a recomendar ao Governo a criação do Estatuto do Cuidador Informal (PS, CDS e PAN) (o que, timidamente, replicaria as resoluções anteriormente aprovadas), sem se garantir nenhum passo efetivo, de um projeto de lei do PCP que prevê o reforço de apoios aos cuidadores e de um projeto de lei do BE que cria Estatuto do Cuidador Informal.

A iniciativa do Grupo Parlamentar do BE, sendo a única que cria o Estatuto do Cuidador Informal, reconhece o papel dos cuidadores informais e não deixa de referir, também, a responsabilidade do Estado na prestação de cuidados formais, por via do reforço e alarga-

mento da Rede de Cuidados Continuados e dos Serviços de Apoio Domiciliário e pela garantia da capacidade de escolha das pessoas cuidadas sobre os cuidados que recebem, procurando dar resposta às várias dimensões que são abrangidas na prestação de cuidados. Nesse projeto encontramos medidas tão importantes como o reconhecimento da prestação de cuidados informais para efeitos de Pensão de Velhice, a concretização do direito ao descanso dos cuidadores informais, a alteração do regime de faltas contemplado no Código do Trabalho, de modo a contemplar o caso específico destas pessoas, o reforço do apoio social a pessoas dependentes, por via de um suplemento ao Complemento por Dependência, e a definição de um novo valor de subsídio por assistência a terceiros para quem seja beneficiário do estatuto do cuidador.

OS CUIDADORES NO ORÇAMENTO

Atualmente, na proposta de Orçamento do Estado está inscrita uma norma que prevê, no ano de 2019, o desenvolvimento de medidas de apoio dirigidas aos cuidadores informais principais e às pessoas cuidadas, de forma a reforçar a sua proteção social, a criar as condições para acompanhar, capacitar e formar o cuidador informal principal e a prevenir situações de risco de pobreza e de exclusão social e que determina a avaliação das respostas existentes dirigidas ao descanso do cuidador, designadamente no âmbito da RNCCI, dos serviços e respostas sociais existentes de não institucionalização ou dos benefícios fiscais em vigor, por forma a avaliar a necessidade de reforço ou reformulação dos mesmos.

Esta norma foi acompanhada por várias propostas na especialidade, de vários partidos, que mais não são do que formas muito modestas de tentativa concretização de parte daquela norma programática. Todas aquelas ficam aquém daquilo que é o objetivo da petição e, diga-se, da iniciativa que prevê a criação do Estatuto do Cuidador Informal nas suas múltiplas dimensões social, laboral e fiscal.

A vontade política sinalizada no Orçamento do Estado, por força da intervenção dos partidos e da mobilização, absolutamente extraordinária de cuidadores e cuidadoras informais a nível nacional, é muito importante, mas, para que seja efetiva, tem de ser traduzida na aprovação, com as alterações que se entendam adequadas, à iniciativa legislativa que cria o Estatuto do Cuidador Informal, ou será apenas um sinal vago de uma esperança por concretizar.

Quando falamos de cuidadores informais falamos, sobretudo, de pessoas que abdicaram de uma parte significativa da sua vida para se dedicaram a cuidar de outra pessoa que não podem nem querem abandonar, por muito difícil que seja fazer a escolha de estar integralmente ao lado de alguém que exige um cuidado redobrado. Fazem-no sem arrependimento. Fazem-no por ser essa condição para a sua realização plena. Fazem-no, também, por falta de resposta cabal do Estado e de formação e capacitação que lhes permita uma adequada articulação com as respostas formais existentes.

ESCOLHAS PARA AGORA

A questão é que podem e devem-no fazer em complementaridade com as redes de cuidados formais existentes e sem que, por isso, tenham que prescindir de poderem ter uma atividade profissional, de ter uma carreira contributiva que reconheça o trabalho que estão a desenvolver enquanto prestadoras de cuidados e que lhes garanta uma pensão, o descanso e o direito constitucional ao lazer, ainda que na companhia da pessoa cuidada, caso o desejem, gozando do reconhecimento do papel socialmente importantíssimo que têm. É justo e é urgente este reconhecimento. É claro que há que ter em atenção que no espectro dos cuidadores há realidades diferentes, há quem preste cuidados a tempo inteiro, há quem o faça com outro tipo de periodicidade, logo, faz sentido que haja um tratamento distinto e adequado a essa especificidade. Tudo isso consta da iniciativa legislativa que cria o Estatuto dos Cuidadores Informais e que poderá ser objeto de alterações no Grupo de Trabalho a funcionar no Parlamento.

Importa que haja vontade política para não abandonar quem escolheu não abandonar. Hoje são eles os que precisam de cuidados. Amanhã poderemos ser nós. Hoje são elas que dizem que estão ali para o que for. Amanhã temos que ser todos e todas a dar força a um movimento que pretende repor justiça a quem nunca desistiu. O que falta? Falta escolher não desistir de quem cuida.

INTERNACIONAL

BRASIL: GOVERNO BOLSONARO MOSTRA A SUA CARA

LUÍS LEIRIA

Parece uma galeria de horrores. Ao lado das estrelas da alta finança e do juiz Moro, figuram desconhecidos indicados por um obscuro guru do presidente eleito que vive nos EUA e que, entre outras coisas, é astrólogo.

Falta pouco mais de um mês para a cerimónia de posse do novo presidente do Brasil, o ultradireitista Jair Bolsonaro, e o seu governo já começa a ganhar contornos, à medida que o presidente eleito anuncia os seus ministros. Os seguidores do capitão reformado diziam que, com a sua eleição, a corrupção iria acabar. Mas na lista de 12 ministros há quatro sob investigação de corrupção, sendo que um, Onyx Lorenzoni, o futuro chefe da Casa Civil, admitiu ter recebido dinheiro ilegal, em caixa 2 (saco azul), da empresa JBS.

O próprio Bolsonaro já relativiza a importância dessa questão que foi o centro da sua campanha. Numa reunião recente com deputados e membros do seu partido, o PSL, disse que a questão ideológica é muito mais grave que a corrupção. E já avisou que somente uma denúncia "robusta" poderá provocar a demissão de algum ministro do seu governo.

O candidato do PSL, em campanha, apresentava-se como fora do sistema, apesar de ter uma carreira de 28 anos como deputado. No entanto, são já três os ministros do Democratas, o DEM, partido herdeiro da ditadura militar.

Até agora, há três militares no governo: os generais na reserva Augusto Heleno, no Gabinete de Segurança Institucional, Fernando Azevedo e Silva, na Defesa, e o vice-presidente Hamilton Mourão.

AS ESTRELAS

O setor financeiro tem neste governo o seu homem de confiança, o ultraliberal Paulo Guedes, o superministro que acumula as pastas da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, e que promete como primeira medida fazer aprovar a contrarreforma da Previdência (Segurança Social) destinada a aumentar a idade da reforma e privatizar o sistema, seguindo o modelo chileno.

Mas há outro homem de confiança da alta finança, o banqueiro Joaquim Levy, que foi ministro de Dilma Rousseff no seu segundo mandato, quando a então presidente do PT resolveu mudar a política económica diante da crise e aplicar a austeridade. Com um perfil mais discreto que o de Paulo Guedes, pode ser uma alternativa se aquele fracassar. Por agora, será presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado, o BNDES.

A outra estrela do governo é Sérgio Moro, o novo ministro da Justiça. Trata-se do juiz da Operação Lava-Jato que transformou a investigação da corrupção numa arma para inviabilizar a candidatura de Lula, através da sua condenação e prisão. A intervenção direta de Moro no processo eleitoral, divulgando a delação de António Palocci contra Lula em plena campanha do segundo turno, ajudou a prejudicar o candidato Fernando Haddad e contribuiu para a vitória de Bolsonaro. Teve a sua recompensa com a nomeação ministerial e sonha chegar ao Supremo Tribunal Federal logo que haja uma vaga. Por enquanto, não parece nem um pouco preocupado por fazer parte de um governo que tem quatro ministros investigados por corrupção.

E há dois ministros que mais recentemente vieram juntar-se a estes nomes e que já são considerados "a cara de Bolsonaro" no governo. Trata-se dos até agora desconhecidos Ernesto Araújo, que irá para as Relações Exteriores, e Ricardo Vélez-Rodriguez, para a Educação.

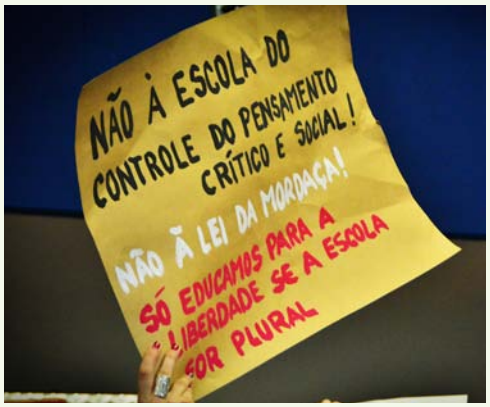
UM RASPUTINE BRASILEIRO

Os dois foram indicados a Bolsonaro por Olavo de Carvalho, uma obscura personagem, um astrólogo e jornalista que se transformou num guru do pensamento ultraconservador brasileiro. Este jornalista e autointitulado filósofo vive em Richmond, nos Estados Unidos, e é autor de diversos livros que se tornaram de cabeceira para Bolsonaro e seguidores. É neles que se desenvolve a "teoria do globalismo", que supostamente quer controlar o mundo através da predominância cultural da esquerda e cujo objetivo principal é a destruição da família, entre outras teses.

«Eu sou irresistível», disse o astrólogo a uma jornalista do Globo que lhe perguntou de onde vinha tamanha influência nas nomeações ministeriais. Na mesma entrevista, Carvalho assegurou só ter falado com Bolsonaro, por telefone, três vezes.

A CARA DE BOLSONARO NO GOVERNO

Os dois ministros já são considerados a cara de Bolsonaro no governo. O ministro da Educação indicado escreveu num blogue que a data do golpe militar de 1964 deveria ser comemorada. Defende a política da Escola Sem Partido, considerando que a tarefa essencial do MEC é recolocar o sistema de ensino ao "serviço das pessoas" e não como instrumento para a "he-



gemonia política" da esquerda. Para isso, acha essencial que as novas gerações conheçam as "ideias liberais e conservadoras" e defende num texto de 2016: «Vamos tirar o Brasil do vermelho!»

Já o futuro ministro responsável pela diplomacia brasileira assume-se como um seguidor convicto de Trump, afirma que as alterações climáticas são um dogma científico influenciado pela cultura marxista, que pretende atrapalhar o Ocidente e beneficiar a China. Araújo, que é diplomata de carreira, mas que nunca chefiou uma embaixada, diz-se antiglobalista, afirmando que o globalismo quer transferir o poder económico do Ocidente para a China. Em vários textos refere-se ao PT como «Partido Terrorista». Bolsonaro anunciou-o como um «brilhante intelectual».

BOLOSNARO EM AÇÃO

A partir de 1 de janeiro, este governo passa do papel à ação, e não vai querer perder tempo. É de esperar que as prioridades sejam a contrarreforma da Previdência e a aprovação do projeto Escola Sem Partido. Isto é, um ataque brutal contra as reformas dos trabalhadores e uma perseguição particular contra os professores, que serão submetidos a uma pressão macartista.

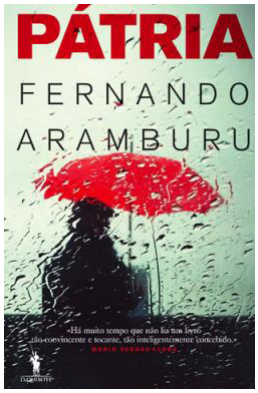
Bolsonaro deverá dar prioridade à área de segurança e promover a liberalização do porte de armas, e tudo indica que pretende de imediato desencadear uma ofensiva contra os movimentos sociais e contra Guilherme Boulos, dirigente do MTST e ex-candidato presidencial pelo PSOL. Nada está ainda decidido e duras batalhas estão pela frente.

O MUNDO SEGUNDO O GURU DA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA

O repórter da *Carta Capital* Fred Melo Paiva fez uma longa entrevista com o autor dos livros de cabeceira de Jair Bolsonaro, dos seus filhos e amigos. Olavo de Carvalho é uma figura bizarra, misto de astrólogo, jornalista, autointitulado filósofo, escritor de livros muito populares. Aqui, o próprio repórter fez um resumo das pérolas da entrevista.

- O PT é o criador de Hugo Chávez.
- Banqueiros e grandes capitalistas sempre investiram no movimento socialista.
- A linhagem fascista é apenas uma dissidência interna do socialismo.
- Bolsonaro não é fascista, fascista é o cu da mãe.
- Há mais de 50 anos, o empresariado brasileiro está vinculado à esquerda.
- A esquerda trabalha para os banqueiros, mas é burra demais para perceber.
- Gays pensam que seus gostinhos sexuais são superiores a todos os valores morais, religiosos, culturais, filosóficos. Agora vamos ter uma política baseada no gosto sexual?
- Vamos supor que eu goste de transar com cachorro. Então vamos fazer um partido político baseado nisso? É um acinte!
- Kit gay é coisa do Haddad, um mentiroso compulsivo que incentiva o incesto.
- A Escola de Frankfurt defende a relação incestuosa entre mãe e filho como meio de derrubar o capitalismo. Esses caras são todos loucos!
- Uma contraparente foi presa (na ditadura). Entre os esquerdistas dizem que foi torturada e perdeu um rim. Mas fui o primeiro a vê-la quando saiu. Estava muito melhor do que quando entrou, forte, saudável, bem alimentada.
- Lenin acabou com a delinquência juvenil na Rússia matando todos. Isso não é um bom método?
- Esse negócio de neoliberalismo é uma bolha de sabão que inventaram para uma ala da esquerda combater a outra, com a qual no fundo está aliada. Assim sobem as duas juntas ao poder. Exatamente o que se deu no Brasil (com PT e PSDB).
- Eu não pertenço à direita brasileira nem sou ideólogo dela. Não faço planos para governo nenhum, e não estou dirigindo bosta nenhuma.

LEITURAS



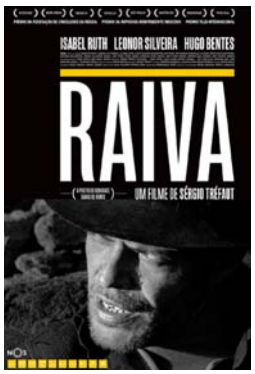
PÁTRIA
Fernando Aramburu
720 páginas | 2018
Dom Quixote
PVP: 23.90 Euros

Os capítulos curtos, embora nunca superficiais, dinamizam a leitura, explicam personagens, dão-lhes densidade, num *back and forth* que logo prende o leitor. O romance, publicado pela primeira vez em setembro de 2016, foca-se em duas famílias que, na altura em que a ETA anuncia abandonar a luta armada (2011), enfrentam as sequelas do passado, as mortes, as traições, os lutos. As nove personagens vão sendo desfiadas ao longo de 125 capítulos.
Os mais de 30 anos do País Basco sob o terrorismo não são apenas panorama, mas o livro está longe de ser panfletário. A política existe, é tratada, deixa marcas, mas Aramburu evitou a caricatura ou a ficção professoral. É que a narrativa foi beber à vida do autor, às suas experiências, a reais tensões sociais, políticas e pessoais que marcaram gerações. E, por muito que as personagens estejam bem delineadas, a prosa também ultrapassa largamente a história ficcionada de duas famílias em conflito. Ao invés disso, é um retrato social forte em que a complexidade psicológica das personagens não é de somenos. ABP

PEDAGOGIA DO OPRIMIDO
Paulo Freire
248 páginas | 2018
Afrontamento
PVP: 14 Euros

Edição comemorativa dos 50 anos da primeira edição (1968) de *Pedagogia do Oprimido.*
Nesta obra, Paulo Freire (1921-1997) explica a necessidade de uma pedagogia dialógica emancipatória das pessoas oprimidas, por oposição à pedagogia da classe dominante, no processo da sua libertação e afirmação enquanto sujeitos construtores da sua própria história, através de práticas que unificam a ação e a reflexão, permitindo que paulatinamente a consciência ingénua dê lugar à consciência crítica. Paulo Freire criou um método de alfabetização revolucionário, desenvolvido durante o seu trabalho com analfabetos das classes populares. O seu método foi inclusivamente adotado pelo governo progressista de João Goulart em 1961. O golpe militar de 1964 pôs fim ao programa e Paulo Freire foi perseguido e preso por causa dele. Libertado, partiu para o exílio. Concluiu a escrita de *Pedagogia do Oprimido* em 1968, mas apenas em 1974 o livro foi publicado no Brasil (em Portugal foi publicado clandestinamente em 1972 pela Afrontamento). Amnistiado em 1979, Paulo Freire regressou ao Brasil no ano seguinte, tendo-se filiado no PT (Partido dos Trabalhadores). Na sequência da vitória do PT nas eleições municipais de 1988, ocupou o cargo de Secretário da Educação de São Paulo, que exerceu até 1991. No projeto sinistro Escola sem Partido, Jair Bolsonaro afirmou que «vai entrar com um lança-chamas no MEC e tirar Paulo Freire de lá de dentro». AP

CINEMA



RAIVA
Sérgio Tréfaut
2017 | 85 min | Ficção
Les Films d'Ici (França) e Refinaria Filmes (Brasil)

Baseado num romance de Manuel da Fonseca, Seara ao Vento, de 1958, Tréfaut filma de forma contida o drama de um conflito social no Alentejo da década de cinquenta do século passado. No meio da fome e da miséria, a dignidade de uma família que se confronta com os poderes do latifundiário e dos seus agentes. Tréfaut continua assim a falar-nos do seu Alentejo, o qual tem tratado em documentários e ficção.

ACONTECE

Homenagem a José Cardoso Pires
Lisboa
8 NOVEMBRO A 30 DEZEMBRO
Nas bibliotecas municipais - Palácio Galveias, Hemeroteca e Camões – decorrem várias iniciativas de evocação de um dos grandes escritores do século XX, como uma exposição de fotografias, a apresentação de livros, o visionamento de documentários, assim como conversas sobre a obra e a vida do autor.

Escola de Formação do SOS Racismo
Tocha
7-9 DEZEMBRO
Este ano, na formação anual do SOS Racismo, três grandes temas vão a debate: (1) Seleção, detenção e estigmatização: as políticas de imigração e a ascensão da extrema-direita; (2) (Des) Educação e Des(En)cobrimentos: disputar a memória/desvendar o racismo; (3) Violência racial: Racismo institucional, insegurança racial e a lei da impunidade. No dia seguinte, 10 de dezembro, o SOS Racismo comemora o seu 28.º aniversário. Parabéns, SOS!

Encontros prováveis:: Greve Feminista, Teatro Oprimido e Cinema
Aveiro
Associação Cultural Mercado Negro
7 DEZEMBRO21H30
Facilitadorxs dos Encontros Prováveis: Joana Cruz, Rita Capucho e Patrícia Martins. Moderação: Alexandre Fonseca.

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**

www.redeanticapitalista.net